

A VALORIZAÇÃO TERRITORIAL E MULTIDIMENSIONAL DO PATRIMÔNIO DE FRANCISCO BELTRÃO (PR)

THE TERRITORIAL AND MULTIDIMENSIONAL VALORIZATION OF FRANCISCO BELTRÃO (PR) PATRIMONY

Marcos Aurelio Saquet

Colegiado de Geografia – Unioeste
Pesquisador do CNPq
saquetmarcos@hotmail.com

Ana Rúbia Gagliotto Galvão

Mestranda em Geografia – Unioeste
anagagliotto@hotmail.com

Resumo

Neste artigo, temos como finalidade analisar o território de Francisco Beltrão, evidenciando características de sua formação e a necessidade de valorização do patrimônio historicamente constituído. Para tanto, os conceitos de território, espaço, paisagem, identidade e patrimônio são fundamentais, numa perspectiva mais abrangente, multidimensional, através da qual identificamos possibilidades para o desenvolvimento considerando a necessidade de preservação da cultura e da natureza, e a complementaridade entre os espaços urbano e rural. Os principais procedimentos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários do IBGE e Prefeitura Municipal e realização de entrevistas semi-estruturadas. A produção do espaço de Francisco Beltrão, tanto urbano como rural, gerou um patrimônio territorial (material e imaterial), resultado dos múltiplos processos envolvidos na sua formação: econômicos, políticos e culturais. Como nem sempre o patrimônio é preservado, muitas vezes, é preciso resgatá-lo, torná-lo acessível e subsidiar a elaboração de projetos para sua valorização. A preservação e a valorização do patrimônio de Francisco Beltrão precisa ser multidimensional e territorial, ou seja, social e natural, ao mesmo tempo.

Palavras-chave: Território. Patrimônio. Identidade. Cultura. Paisagem.

Abstract

On this article, we have as target analyzing the territory of Francisco Beltrão, outstanding characteristics of its formation and the need of giving value the patrimony historically building. So the concepts of territory, space, landscape, identity and patrimony are very important in larger and multidimensional perspective, in which we identify the possibilities for the development considering the preservation of the culture and the nature, and the complementarities between the urban and rural spaces. The main procedures used in the research were: bibliographic searching; IBGE and City Hall secondary collecting data and the performance of semi structured interviews. The

Francisco Beltrão space formation, as well urban as rural, has generated a territorial patrimony (material and immaterial), a result of multiples process involved in its formation: economical, politic and cultural. As not always the patrimony is preserved, many times is necessary to rescue it, to become it accessible and subsidy the elaboration of projects for its valorization. The preservation and the valorization of patrimony of Francisco Beltrao need to be multidimensional and territorial, it means, social and natural, at the same time.

Keywords: Territory. Patrimony. Identity. Culture. Landscape.

Introdução

O conceito de território teve momentos de maior e de menor expressividade na geografia, passando por diversas abordagens de acordo com o método utilizado pelos pesquisadores. Na geografia, o território foi utilizado primeiramente por Friedrich Ratzel, um dos principais cientistas da chamada *escola* alemã, quando criou alguns conceitos para explicar o que denominou de geografia política e antropogeografia.

Segundo Valverde (2004), para Ratzel, o território é a expressão legal e moral do Estado, conjunção do solo e do povo em que a sociedade se organiza. Sua territorialidade está associada a uma identidade específica, presumindo que não existem subdivisões ou contradições internas a certo Estado, fixo no tempo e no espaço, características que só podem ser modificadas sob o uso da força.

No entanto, a partir da década de 1950, ocorre um movimento em favor da renovação da geografia a partir dos conceitos de espaço, tempo, paisagem e território. Este último passa a ser compreendido de maneira histórico-crítica e multidimensional, rompendo-se, pelo menos parcialmente, com aquela concepção unidimensional centrada na atuação do Estado. Nesse movimento, Raffestin (1993 [1980]) é um dos pioneiros a entender o poder e o território como multidimensionais, envolvendo o Estado e outras práticas e relações cotidianas e os poderes nelas envolvidas.

Assim, a pesquisa do território, que surgiu como um estudo do Estado, abordando eminentemente o elemento político, passa, posteriormente, a analisar a economia como dimensão fundamental, pois as relações capitalistas passam a ser vistas como determinantes do processo de territorialização. Entretanto, a cultura e a natureza foram, durante muito tempo, esquecidas, justificando as dificuldades encontradas para

trabalhar a dimensão cultural a partir de uma abordagem territorial renovada e mais completa.

No Brasil, um dos principais pesquisadores que abordam o território diante das várias dimensões, incluindo a cultural, é Rogério Haesbaert (1997), que mostra três vertentes principais: 1) a *jurídico-política*, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado por um determinado poder; 2) a *cultural(ista)*, que enfoca a subjetividade na formação do território, através do simbólico, do imaginário e da identidade social e; 3) a *econômica*, que destaca, numa perspectiva material, a relação capital-trabalho-espaço.

Posteriormente, Haesbaert (2004) acrescenta também a visão naturalista, que serviria de base para a compreensão do território através das relações entre sociedade e natureza. Outros autores também incluíram a natureza nas suas pesquisas, em virtude dos intensos processos degradantes denunciados a partir dos anos 1980. A natureza precisa ser valorizada como uma dimensão ou domínio fundamental para a reprodução da vida no planeta.

O território “permite compreender de que forma as singularidades do lugar são estruturadas e como atuam sobre os ritmos de desenvolvimento” (SANTOS, 2008, p.222), facilitando o estudo da valorização multidimensional do patrimônio de Francisco Beltrão e de outros lugares.

Assim, nosso objetivo principal é analisar o território de Francisco Beltrão (PR), considerando elementos econômicos, políticos, culturais e naturais, e subsidiar o processo de valorização do patrimônio desse município historicamente formado. Trata-se da valorização de cada território com suas singularidades sociais e naturais. Para tanto, os conceitos de território, espaço, paisagem, identidade e patrimônio são fundamentais numa perspectiva abrangente, multidimensional, através da qual identificaremos possibilidades para o desenvolvimento, considerando a preservação da cultura e da natureza, e a complementaridade entre os espaços urbano e rural, visto que aspectos do urbano são identificados no espaço rural e ruralidades são percebidas no urbano.

Os principais procedimentos utilizados são: pesquisa bibliográfica sobre os conceitos empregados assim como sobre a história do município de Francisco Beltrão e do Sudoeste do Paraná; coleta de dados secundários no IBGE e na Prefeitura Municipal

e realização de entrevistas semi-estruturadas em trabalhos de campo através dos quais visitamos espaços públicos urbanos e propriedades privadas urbanas e rurais. Neste texto, revelamos alguns dos principais resultados obtidos até o momento.

Espaço, território e paisagem: elementos para uma concepção multidimensional

Quando nos propomos a estudar o município de Francisco Beltrão e a pensar a valorização multidimensional de seu território, tornou-se fundamental trabalhar em conjunto os conceitos de território, espaço e paisagem, pois possibilitam compreender aspectos da construção social e natural do município. Nossa ênfase é para os elementos e processos econômicos, culturais e naturais.

O espaço, múltiplo, dinâmico e relacional, constituído pelo ambiente físico e também pela sociedade, evidencia as relações existentes entre os homens e destes com o meio, acontecendo a sua organização por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da sociabilidade.

As relações sociais definidas espaço-temporalmente estão na base da organização do espaço, num processo continuado, de diversos acontecimentos e arranjos, conforme afirmara Milton Santos. “São as singularidades espaciais que caracterizam os diversos ritmos territoriais. Essas, por sua vez, são resultantes de um tempo histórico e de um tempo de coexistências [...]” (SANTOS, 2008, p.222).

Segundo Saquet (2007), o território e o espaço são ligados e indissociáveis. Assim, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder exercidas por determinados grupos ou classes sociais no espaço. A formação do território dá-se no processo de apropriação, dominação e produção do espaço por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação e dos processos identitários.

Quando falamos em construção temporal do território, referimo-nos tanto ao tempo histórico – que explica o território como um produto constituído historicamente – quanto ao tempo das coexistências – que representa o tempo do cotidiano, dos acontecimentos presentes e das relações sociais. O tempo histórico e o tempo coexistente estão em unidade no território.

Para Raffestin (1993), o território é o espaço onde se projeta um trabalho, e, por consequência, revela relações marcadas pelo poder, as quais territorializam o espaço.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades. (SAQUET, 2007, p.127).

O território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político” ligado ao Estado. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. O poder é multidimensional, ou seja, efetiva-se nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Essa é uma concepção de geografia e de território que reconhece e valoriza a presença das redes de circulação e comunicação, dos nós, dos espaços de concentração e dispersão etc. formando, ao invés de territórios relativamente fechados, diversas malhas, articulações e sobreposições. Esse “sistema territorial” foi bem trabalhado por Raffestin (1993) em seu clássico sobre o território e as relações de poder.

A possibilidade de ligar vários territórios através de redes (estradas, internet, telefone, avião, entre outros) abre a discussão sobre as múltiplas territorialidades, um fenômeno proporcionado pela condição técnica e tecnológica que faz com que o tempo “passe” cada vez mais rápido, e o deslocamento e a interação entre os diversos lugares seja cada vez mais rápido, intenso e acessível a maior número de pessoas. Através desse fenômeno, o contato com outros territórios, pessoas e territorialidades é facilitado e múltiplo: vivemos relações plurais todos os dias, no campo e na cidade, próximas e distantes.

Para Haesbaert (2004, p.343), a multiterritorialidade pode dar-se através da mobilidade concreta ou virtual e implica a “possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios”, ou seja, de experimentar vários territórios ao mesmo tempo.

O global e o local são dialeticamente interligados, pois, segundo Santos (2005), o local carrega consigo manifestações de outras escalas geográficas, que o levam até o global. Entretanto, mesmo contendo essas características globais, o lugar não perde suas singularidades, permanecendo único, sem a relativização das suas características sociais.

Nesse sentido, acreditamos que o território não seja apenas material, concreto; também é imaterial, simbólico e identitário. É consubstanciado cotidianamente, por processos e componentes econômicos (produção, circulação, consumo...), culturais

(símbolos, crenças, valores, mitos, monumentos...), naturais e políticos (ideologias, normas, regras...).

Se o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões, temos que levar em conta a carga histórico-cultural pertencente também a este ator e seu grupo social que territorializam o espaço. A territorialidade refere-se, justamente, às relações entre esse ator, ou grupo social e seu lugar de referência, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado espaço geográfico.

A territorialidade não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com os outros sujeitos (a alteridade). (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

Saquet (2003 e 2007) também indica as dimensões subjetivas e objetivas do território e da territorialidade e para isso utiliza o termo (i)material para a combinação de fatores e componentes materiais e imateriais que constituem cada território, ou seja, econômicos, políticos, culturais e naturais, como já demos a conhecer.

Para perceber alguns elementos da territorialização e até da territorialidade, podemos observar a paisagem local, visto que esta resulta da sua dinâmica, da ocupação do espaço e da maneira como os elementos naturais e sociais desenvolvem-se e organizam-se, estando, portanto, num movimento processual de mudanças.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 1996, p.86).

Entretanto, a paisagem como materialidade visível, recebe diversas interpretações, pois, ao ser captada por cada indivíduo é influenciada pelos seus valores emocionais, culturais e sociais, tendo a mesma paisagem sentidos diferentes para diferentes pessoas.

Para Gambi (1961, *apud* SAQUET, 2007), a paisagem é construída pelo homem historicamente e contém elementos visíveis (materiais). Porém, mesmo sendo resultado de processos que se materializam no espaço, corresponde a uma manifestação

superficial da realidade territorial e, por isso, precisa ser trabalhada com outros conceitos, como o de território. “[...] a paisagem é a vestimenta histórica do território, mas este e as mudanças diacrônicas nele inscritas permanecem, como dados, incorporados no tecido territorial” (TURRI, 2002, p.8).

Saquet (2007) compreende a relação existente entre paisagem e território como resultante do mesmo movimento de apropriação e produção do espaço, realizando-se em relação ao outro. Paisagem e território, um está no outro, por meio de relações entre processualidades e manifestações sensíveis, entre componentes sociais e naturais.

O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET, 2007, p.142).

A territorialização, efetivada a partir da ocupação do espaço e das relações de poder, forma determinadas paisagens, onde elementos naturais são transformados ou conservados, aspectos culturais são criados e recriados, fatores econômicos e políticos constituem-se e um novo território passa a existir, proporcionando uma condição social para a vida.

O território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir. (SAQUET, 2007, p.118).

A identidade e o patrimônio: a importância da valorização

A identidade caracteriza-se como um conjunto de elementos (i)materiais, construído historicamente por um grupo social que confere singularidade ao território e unidade entre os sujeitos locais. A identidade tem sido compreendida de diferentes maneiras em estudos do território, especialmente, como continuidades histórico-culturais inerentes à vida de certo grupo social em determinado lugar. Dessa maneira, pode ser entendida também como patrimônio de cada grupo social e lugar.

Magnaghi (2000) define o conceito de identidade como um *código genético local, material e cognitivo*. Considera a identidade um produto social, da

territorialização e que constitui o patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente.

A formação do território de Francisco Beltrão, por exemplo, demonstra como a (i)materialidade foi territorializada através dos processos históricos culturais, econômicos e políticos. Os migrantes trouxeram elementos que estão presentes nas festas, danças, culinárias, linguagens, arquiteturas, monumentos, técnicas e produtos agrícolas, saberes populares, entre outras manifestações culturais. Os descendentes dos imigrantes alemães, italianos e poloneses que ocuparam boa parte das terras do Sudoeste do Paraná e de Francisco Beltrão, a partir dos anos 1920 e, principalmente, depois de 1943 (com a criação, pelo Governo Federal, da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO), procuraram reproduzir características do cultivo agrícola e da prática artesanal, hábitos e costumes culturais, aspectos políticos, construindo *novos* territórios de vida. Houve uma conjugação entre *velhos* e *novos* elementos, entre mudanças e permanências reproduzidas com base na forma de vida que tinham no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

A identidade de um povo está sempre em formação, assim como sua cultura, sua história. “A construção da identidade social, ao contrário da interpretação do senso comum que enfatiza sua aparente estabilidade e longevidade, é sempre dinâmica, está sempre em curso [...]” (ARAUJO e HAESBAERT, 2007, p.42). Entretanto, os elementos passados não são apagados, muitos permanecem e são reproduzidos cotidianamente.

Os elementos que caracterizam cada grupo social podem ser considerados seu patrimônio, material e imaterial. Todos os povos têm uma cultura, transmitida no tempo, de geração em geração. Mitos, lendas, costumes, crenças religiosas, sistemas jurídicos e valores étnicos refletem as formas de agir, sentir e pensar de um povo e compõem seu patrimônio. É o meio pelo qual o homem adapta-se às condições de existência transformando a realidade. A cultura é, portanto, derivada de componentes da existência humana, ou seja, fatores ambientais, psicológicos, sociológicos, geográficos e históricos, que contribuem para compor a cultura de uma sociedade.

Os grupos configuram sua existência através da ocupação de um lugar, de um campo espacial próprio. Ali, marcam-se regras, normas de comportamento, vestuário, linguagens, ritos, etc., que atuam como delimitadores do acesso ao grupo. Estas definições conferirão a unidade e identidade a seus integrantes. (MARTINS, 2003, p. 43).

Martins (2003) destaca que todo grupo necessita de uma cultura que o sustente para poder existir, vivenciada no sentido comum e transmitida através da comunicação, para manter o sentido de pertencer a seus integrantes. O território, a história, os hábitos cotidianos, a comunicação e o patrimônio produzido são alguns desses elementos.

Para Neves (*apud* MARTINS, 2003), patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais representantes da cultura de um grupo ou de uma sociedade. A importância do patrimônio dá-se principalmente como suporte da história e da memória dos grupos sociais, pois, sem eles, partes fundamentais da constituição de uma sociedade, de um lugar, podem perder-se.

Barreto (2007), por sua vez, apresenta a origem etimológica da palavra patrimônio, que provém do latim, *patrimonium* (*pater* = pai e *monium* = valor reconhecido), e refere-se aos bens legados pelos pais aos filhos ou por uma pessoa aos seus descendentes diretos, dando, portanto, a idéia que o patrimônio é herança que a sociedade anterior deixa para a subsequente, não se tratando apenas das obras de arte, mas de toda manifestação cultural, pois:

[...] os seres humanos não produzem apenas obras de arte, produzem ciência, sabedoria, máquinas, remédios, história, vestuário, receitas de cozinha, formas de relacionar-se com os vizinhos, enfim, hábitos, usos e costumes, entre os quais, lamentavelmente, também estão formas de violência e destruição. (BARRETO, 2000, p. 10)

Todas as territorialidades (econômicas, políticas e culturais) correspondentes a um grupo social fazem parte do seu patrimônio, pois manifestam os modos de vida, as relações sociais, os valores, crenças, edificações, cultivos etc, em um determinado espaço, em um determinado tempo. Conforme Barreto (2000), a manutenção do patrimônio, em sentido amplo, faz parte de um processo maior que é a conservação e a recuperação da memória, graças às quais os grupos mantêm sua identidade.

Como nem sempre esse patrimônio é preservado, muitas vezes é preciso resgatá-lo, redescobri-lo, não significando isso voltar a um estágio anterior da vida do grupo estudado, pois este é dinâmico e está sempre em movimento. Além disso, é fundamental registrar seu patrimônio, torná-lo acessível a quem o desconhece e subsidiar a elaboração de planos e projetos para sua valorização e preservação como uma das formas de desenvolvimento.

Rodrigues (2001) assinala que preservar o patrimônio – objetos, documentos, imagens, traçados urbanos, áreas naturais, espaços históricos, paisagens ou edificações – é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria, porquanto sua formação é uma continuidade, um processo. Isso significa, em nosso entendimento, que há necessidade de preservar a identidade e o território como um patrimônio de cada grupo social e da humanidade em seu conjunto.

Para tanto, o recurso à memória é fundamental: o acesso ao passado do grupo social e à formação de cada lugar permite identificar os indivíduos com o território, com o espaço ocupado e com as relações sociais efetivadas; possibilita a compreensão de aspectos importantes da formação da identidade e do patrimônio a ser valorizado e preservado. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1996, p. 476).

Nesse sentido, Barreto (2000) afirma que a revitalização dos espaços, se bem realizada, apóia-se na memória coletiva e, ao mesmo tempo, estimula-a, já que ela é o *motor* fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura. Os produtos culturais não são dirigidos a turistas, visitantes, mas aos próprios cidadãos locais, mostrando às gerações jovens qual foi o processo pelo qual a sociedade passou para chegar ao ponto em que se encontra.

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou o sinal de sua cultura. Portanto, a formação da identidade é um processo de reconhecimento que o sujeito social realiza ao viver numa cultura e assume como algo próprio, ou seja, é a forma como os sujeitos sociais incorporam e expressam os elementos da cultura dos grupos do qual fazem parte.

O resgate e a valorização do patrimônio são cada vez mais importantes para as atuais sociedades, visto que “[...] o processo de internacionalização provocou uma espécie de nostalgia, uma necessidade de sentir uma ligação emocional com os lugares, com a história dessas localidades e com o próprio passado” (BARRETO, 2007, p.109).

Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão a segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece. (BARRETO, 2000, p. 46).

Aspectos da formação do território e do patrimônio de Francisco Beltrão

Francisco Beltrão tem sua formação basilar a partir de 1943, através da intervenção direta do Governo Federal criando uma colônia agrícola para instalação de gaúchos e catarinenses que já estavam em processo de migração. A ocupação ocorre centrada na repartição da terra em pequenos pedaços (cerca de 22 ha), que era distribuída gratuitamente; na prática agrícola da policultura; no trabalho familiar e na formação de pequenos aglomerados que, mais tarde, foram transformados em pequenas cidades. Entre os anos 1940-70, a economia do município baseava-se na produção agropecuária, especialmente de produtos de subsistência como o feijão e o milho, além da criação de suínos. A partir daí, com a chamada modernização da agricultura, instauram-se mudanças profundas no uso da terra, com o uso de técnicas e tecnologias consideradas modernas, de insumos químicos e de monoculturas para exportação como a soja. O milho, por exemplo, a partir dos anos 1990, passa a ser largamente cultivado com a finalidade de comercialização.

Em Francisco Beltrão, assim como ocorre em outros lugares, há elementos e processos que nos permitem identificar as continuidades nos espaços urbano e rural, ou seja, aquilo que ainda é característico e remete-nos a pensar o urbano e o rural como espaços desiguais apesar de complementares. De maneira geral, a densidade demográfica, a relação com a terra e com a natureza e as temporalidades são alguns elementos que nos permitem diferenciar os espaços urbano e rural.

A distinção do espaço em urbano e rural fundamenta-se na divisão social do trabalho, visto que cada espaço possui funções diferentes, definidas pela sociedade que dele se apodera. A divisão do trabalho provoca a separação, mas também a conjugação, a complementaridade.

Conforme aumenta a concentração de pessoas e funções, o cotidiano urbano acelera-se, intensifica-se, podendo conter maiores contradições em relação ao rural. No Sudoeste do Paraná, as contradições entre o urbano e o rural existem, são importantes e marcantes, porém, de modo geral, os centros urbanos possuem uma ligação mais íntima com o espaço rural de cada município, por se caracterizar por pequenas cidades, onde os papéis desempenhados são dotados de baixo nível de complexidade.

Durante as décadas de 1980 e 1990, acontecem mudanças profundas nas cidades do Sudoeste do Paraná, através da intensificação da urbanização, industrialização e de

maior complexidade no setor de serviços. Com isso, cidades como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, aos poucos, concentram e centralizam atividades econômicas e papéis políticos combinados com a permanência de algumas características culturais dos migrantes gaúchos e catarinenses. “Essa maior mobilidade altera a tradicional separação entre os papéis urbanos e rurais e entre os conteúdos sociais e culturais dos espaços da cidade e do campo, ampliando a sensação de indefinição, superposição e amálgama entre eles” (SPOSITO, 2006, p.127).

Tabela 1 - População urbana e rural de alguns municípios do Sudoeste do Paraná

	Dois Vizinhos			Francisco Beltrão			Pato Branco		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
1970	4.149	33.004	37.153	13.413	23.394	36.807	15.420	18.388	33.808
1980	12.286	30.186	42.472	28.289	20.473	48.762	31.470	14.467	45.937
1991	22.202	18.065	40.267	45.622	15.650	61.272	43.406	12.269	55.675
1996	21.669	10.415	32.084	52.031	13.699	65.730	48.921	8.829	57.750
2000	22.382	9.604	31.986	54.831	12.301	67.132	56.805	5.429	62.234

Fonte: IBGE – Censos demográficos.

Na tabela 1 é possível perceber um dos aspectos da transformação do espaço urbano e rural, a diminuição da população rural e o aumento da urbana nos três maiores municípios do Sudoeste. Apesar das especificidades de cada município, a diferença populacional dá-se principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Em 1980, dois vizinhos possuía 28% da sua população no espaço urbano, e em 1991, 55%. Já Francisco Beltrão possuía 58% da sua população no espaço urbano em 1980, e 74% em 1991. Pato Branco, por sua vez, foi o município que se urbanizou mais intensamente: em 1980 já contava com 68% da população na cidade, e em 1991, esse número era de 77%.

Analisando o processo de urbanização é comum avaliarmos também a industrialização, visto que, na grande maioria dos casos, existe uma relação entre a urbanização e o aumento da industrialização no município, como ocorre no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão.

No Sudoeste, havia 317 indústrias em 1960; até o ano de 1970, o aumento nesse número foi de praticamente 200%. Porém, se analisarmos a variação entre 1960 e o ano de 2002, o aumento no número de indústrias atingiu mais de 620%, o que demonstra a industrialização dispersa em toda região.

Saquet (2006), realizando uma análise entre o urbano e o rural no Sudoeste do Paraná, constata que, no período entre 1970 e 1980, aumentou 173% o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos industriais de Francisco Beltrão, tendo sido pequeno o aumento na quantidade de estabelecimentos, 16%. No período entre 1980 e 2003, o aumento no número de estabelecimentos foi de 237% e de 171% no número de pessoas ocupadas no município.

Tabela 2 - Evolução no número de indústrias do Sudoeste paranaense

Ano	Número de empresas
1960	317
1970	948
1980	667
1996	1.493
2002	2.290

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Através desses dados, é possível perceber a intensificação da industrialização em Francisco Beltrão e também na quantidade de mão-de-obra empregada na cidade, vindo muitos desses trabalhadores do campo, deslocados pela implementação da mecanização agrícola e atraídos pela possibilidade de trabalho na cidade.

No mês de setembro de 2008, existiam, segundo os dados do Departamento de Tributação de Francisco Beltrão, 347 indústrias e 6.583 funcionários contratados. Já, no comércio varejista, existiam, na mesma data, 2.817 empresas e 6.110 pessoas empregadas e, no comércio atacadista, 109 empresas com 358 funcionários. Tais dados ratificam a importância que os setores industriais e de serviços alcançaram na economia beltronense, gerando mais de 13.000 empregos diretos e contribuindo significativamente para tornar mais complexa a divisão social do trabalho e a vida nas cidades.

No processo de modernização do campo e da cidade, o número de empregos diminui no primeiro e aumenta no segundo, fazendo com que boa parte da população desloque-se para trabalhar na cidade em busca de melhores condições de vida. Analisando os dados do Censo de Francisco Beltrão a partir de 1970, é possível notar que a população rural diminui aproximadamente 47% entre 1970 e 2000; ao mesmo tempo, a população urbana aumentou 308%: esta, que representava cerca de 9% do total da população do município em 1960, passa para quase 82% em 2000. Esse

“esvaziamento” pode ser explicado através do crescimento urbano e da possibilidade de emprego e de estudo na cidade, pela modernização da agricultura e diminuição de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas e também pela possibilidade dos agricultores residirem nas cidades e continuarem com suas atividades no campo.

As pessoas que deixam o espaço rural para residirem no urbano trazem consigo hábitos construídos em outra dinâmica espacial; algumas características são mantidas mesmo no ritmo das cidades como a alimentação, trabalhos manuais, cultivo de hortaliças e frutas, entre outros. São formas importantes da relação entre urbanidades e ruralidades presentes num território construído historicamente com especificidades inerentes à forma de vida dos migrantes. O cultivo das parreiras, a criação de bovinos de leite e a produção de queijos, a construção de moinhos movidos com a força das águas, a criação de suínos e a produção de salames são práticas cotidianas reproduzidas em Francisco Beltrão pelos migrantes descendentes de italianos que, aos poucos, incorporam novos elementos, tanto econômica como política e culturalmente, construindo fábricas modernas, comprando rádio, televisão, telefone etc.

Em 2000, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, verificam-se alterações significativas na distribuição da população no Sudoeste do Paraná: há 18 municípios, de um total de 37, com população urbana maior que a rural. Apesar da fragilidade dos dados censitários, há sinais claros de mudanças que se cristalizam, especialmente na década de 1990, em virtude da mobilidade da força de trabalho, industrialização, fortalecimento do setor de serviços públicos e privados, e do setor comerciário. No censo mencionado, aparecem 7 cidades com mais de 10.000 habitantes: Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Ampére, Chopinzinho e Santo Antônio do Sudoeste; 8 entre 5.000 e 10.000, e 22 *cidades* no estrato entre 382 e 4.999 habitantes, configurando um conjunto de pequenas e pequeníssimas cidades localizadas umas próximas das outras em virtude do processo de colonização efetivado na área a partir da repartição da terra em pequenas propriedades. Somente para termos uma idéia da importância dessa forma de demarcação e apropriação da terra, em 2000, o número de habitantes considerados rurais permanece expressivo – 189.582 – diante do total de 472.626 habitantes.

Uma das razões apontadas para a permanência do homem no meio rural é a estrutura fundiária estabelecida em Francisco Beltrão assim como em todo Sudoeste. As

pequenas propriedades rurais, heranças dos migrantes gaúchos e catarinenses, proporcionam o trabalho familiar, a agricultura de subsistência e a comercialização do excedente para os mercados próximos.

Com base nos censos agropecuários do IBGE de 1970 e 1975, observamos que mais de 95% dos estabelecimentos do Sudoeste possuíam menos de 50 hectares, e ocupavam cerca de 70% das áreas utilizadas para a agricultura. Apesar de terem acontecido transformações na estrutura fundiária desde a ocupação do Sudoeste, não houve o término e nem a relativização dos pequenos estabelecimentos, pelo contrário, estes ainda são maioria no Sudoeste. Segundo Alves (2008), atualmente, o Sudoeste possui mais de 90% dos estabelecimentos com menos de 100 hectares e 65% delas, abaixo de dez hectares.

No município de Francisco Beltrão, em 1970, mais de 96% dos estabelecimentos do município contavam com menos de 50 hectares e foram responsáveis por mais de 80% das áreas destinadas à agricultura, mostrando, parcialmente, que o município compartilhou da formação que o Sudoeste teve (Censo Agropecuário de 1970 - IBGE). Nos anos seguintes, houve uma fragmentação dos pequenos estabelecimentos e um aumento no tamanho dos grandes, concentrando terras nas mãos de poucos. Apesar desse sinal da concentração da terra, os pequenos estabelecimentos continuaram a ser maioria; em 1995/96, 94% das propriedades do município possuíam até 50 hectares e totalizavam 67% da área total utilizada para agropecuária.

Tanto a estrutura fundiária como as cidades pequenas (assim definidas em virtude do número de habitantes, serviços, indústrias e papéis urbanos desempenhados na dinâmica regional), umas próximas das outras, a policultura e o trabalho familiar são marcas territoriais específicas do processo de colonização do Sudoeste do Paraná e de Francisco Beltrão, constituindo-se em patrimônios permeados pela cultura e identidade dos migrantes descendentes de italianos, poloneses e alemães, etnias predominantes nos espaços em questão. Embora não trataremos disso neste texto, é importante mencionar, nesta altura, que também existem características da vida indígena e dos negros que resistem diante do jogo de dominação social e territorial imposto pelos descendentes de europeus no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão.

Os traços culturais de cada uma das etnias predominantes são percebidos no dia-a-dia dos beltronenses, através dos hábitos alimentares e da linguagem, por exemplo. Entretanto, além desses traços dissolvidos no cotidiano, existem *comunidades* localizadas no espaço rural onde houve a concentração de descendentes desses grupos étnicos, e que, de certa forma, preservam mais sua cultura e identidade, principalmente por meio da alimentação e da realização de eventos e organização de grupos de danças.

A etnia italiana está presente, destacadamente, em duas *comunidades*, no espaço rural do município, a Secção Jacaré e São Pio X (Km 20). Na *comunidade* São Pio X, é realizada anualmente a *Festi Vin*, onde são servidos almoços e jantares com culinária italiana, degustação de vinho e apresentação do grupo de dança *Vá Pensiero*. Já, na Secção Jacaré, é realizado anualmente o jantar italiano, também com apresentação de danças, porém com o grupo *Belvedere*. Outros sinais da origem italiana que podemos perceber, nessas e noutras localidades, são as agroindústrias familiares e artesanais que produzem produtos característicos da cultura italiana como o salame e o vinho.

Os alemães instalaram-se, em grande parte, na *comunidade* de Jacutinga, onde realizam diversas atividades com o intuito de resgatar e preservar sua cultura e identidade, como a *Deustschfest*, que deixou de ser realizada em 2006 em decorrência do espaço não comportar mais a quantidade de pessoas que compareciam anualmente nas festas. A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão está finalizando a obra de reforma e, em 2009, já está prevista a realização de outra edição da *Deustschfest*. Com essa reforma, o ginásio recebe traços da arquitetura alemã e aumenta o espaço e a estrutura da cozinha.

Em Jacutinga, existe o grupo de danças alemãs *Frühling*. São 33 integrantes, a partir de 5 anos até a idade adulta que se reúnem uma vez por semana para ensaiar. O grupo apresenta-se em eventos culturais e, em 2007, foi contratado pelo Anila Thermas Hotel (Francisco Beltrão) para se apresentar todos os sábados à noite, o que o auxiliou na arrecadação de recursos para a confecção de novos trajes.

Por sua vez, os descendentes de poloneses concentram-se na *comunidade* Secção Progresso, aonde, na década de 1950, chegaram cerca de 30 famílias para desbravar e ocupar aquelas áreas. Em 1999, já eram mais de 116 famílias nessa localidade. A partir de um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Francisco

Beltrão, denominado “Nossas Raízes”, com incentivo ao resgate da cultura dos principais grupos étnicos, foi criado, em 1997, o grupo de danças polonesas, com a finalidade de apresentar-se na Primeira Semana da Cultura Polonesa, realizada em 1998. Para o encerramento da Semana foi preparado um jantar, com pratos como o *zrazy* (bolinho de carne), *pierogi* (massa com batata cozida) e *golapki* (enrolados de repolho, recheados). Entre os anos de 2005 e 2007, não houve edição do jantar polonês porque o Pavilhão Comunitário Francisco Crasnievicz precisava ser reformado. Em 2008, após o término da reforma, foi realizada novamente a *Polsky Festyn*.

Além dessas três etnias, podemos destacar também os hábitos herdados do tradicionalismo gaúcho. Territorialidades e identidades gaúchas misturam-se e confundem-se constantemente com as mais específicas dos descendentes de europeus anteriormente mencionados, substantivando um hibridismo com caráter econômico, cultural e político. As territorialidades são plurais, múltiplas.

As tradições gaúchas têm sido passadas de pais para filhos, através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e na convivência familiar através do chimarrão, do churrasco, das músicas, danças e da linguagem característica. Todos elementos incorporados pelos descendentes de italianos, poloneses e alemães. Outra maneira pela qual podemos perceber a forte ligação entre Francisco Beltrão e o Rio Grande do Sul efetiva-se através do grande número de torcedores que os times de futebol gaúchos têm na região, especialmente o Grêmio e o Internacional.

Em 2004, foi realizada a primeira Semana da Integração Gaúcha, organizada pelos CTGs *Recordando os Pagos e Herdeiros da Tradição* e pelos militares. Esse evento teve a 5ª edição em 2008, realizada no Parque de Exposições Jayme Canet Junior. Durante toda a semana, os tradicionalistas ficam acampados no local, onde diariamente servem café da manhã, almoço e jantar para toda a população que queira participar e conhecer mais sobre a tradição gaúcha. Na *comunidade* de Nova Concórdia também é festejada a tradição gaúcha através da festa do Gaúcho, promovida anualmente pelo grupo de Cavalgada Raízes do Sul.

Além das tradições, culinárias, danças, músicas, Francisco Beltrão possui outras características que fazem parte do patrimônio territorial e que retratam aspectos importantes da história do município e da região. Há uma multidimensionalidade, social e natural.

Na *comunidade* do Jacutinga, localiza-se a gruta Nossa Senhora de Lourdes, fundada em 25/03/1950, demonstrando a religiosidade dos migrantes e a motivação de muitas pessoas que, ainda hoje, visitam o local. A religiosidade é uma característica marcante da identidade dos imigrantes europeus que colonizaram parte do Sul do Brasil.

Outro símbolo religioso muito importante em Francisco Beltrão é o Morro do Calvário, que surgiu na década de 1950, tornando-se um local de muita devoção e apelo religioso. A semana santa, período da quaresma, é um momento de forte penitência para os cristãos e o movimento de fiéis intensifica-se durante o período e culmina com milhares de pessoas na sexta-feira santa, deslocando-se de muitas cidades da região para comparecer ao local. Algumas pessoas caminham dezenas de quilômetros, em grupos ou sozinhas, como forma de sacrifício.

O Cristo Redentor, localizado no alto do Morro do Calvário, é utilizado sempre como a imagem representativa de Francisco Beltrão, em folders, páginas na internet, divulgação de eventos do município, entre outros, mostrando que o mesmo é um referencial importante e já faz parte da identidade local.

Outro espaço significativo, representante da cultura beltronense, é a praça Eduardo Virmond Suplicy. A importância da praça não se dá apenas como um local de lazer e convivência da sua população, mas também no papel que teve no processo histórico da ocupação do município: a título de ilustração, citamos a Revolta dos Posseiros, em 1957, quando a praça foi o ponto de encontro dos agricultores para o levante armado.

A praça possui vários monumentos que contam um pouco da história do município, revelando componentes identitários e patrimoniais fundamentais, como o monumento em homenagem à ação (entre os anos de 1963 e 1974, na regularização da posse das terras) do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP); um monumento à bíblia; um à maçonaria; o obelisco construído para a inauguração da praça e também uma cuia de chimarrão, que homenageia o tradicionalismo gaúcho.

No centro da cidade de Francisco Beltrão, até meados da década de 1990, era comum vermos casas de madeira, habitadas, na maioria das vezes, pelas pessoas que as construíram nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Entretanto, nos últimos anos, tem ocorrido uma supervalorização dos terrenos urbanos, decorrente da expansão e especulação imobiliária, da instalação de universidades e aumento da oferta de cursos

universitários, da construção da rodovia Contorno Leste, do Hospital Regional e instalação de fábricas no entorno da cidade.

Em decorrência desses fatores, identificamos as casas antigas de madeira dando espaço a novas casas de alvenaria, ou prédios comerciais, transformando a paisagem urbana e confirmando estudos que fizemos anteriormente:

As transformações territoriais urbanas, por exemplo, não são as conseqüências de mudanças que acontecem separadas do território. Nada se pensa, muda ou se faz, que não seja por meio da materialidade dos lugares; é através dela que passam, necessariamente, todas as relações sociais, as representações conceituais e as iniciativas e os projetos de desenvolvimento local. (SAQUET, 2007, p.115).

O patrimônio arquitetônico é uma das principais heranças que podemos ter, pois são extremamente visíveis, palpáveis, facilitando o contato com as formas anteriores de vida. Quando entramos em uma construção preservada, conseguimos, muitas vezes, sentir-nos em épocas passadas, lembrar a história e recuperar a memória das pessoas e dos lugares.

Uma das maneiras mais utilizadas para a preservação de bens materiais utilizadas no Brasil é o tombamento, mas este ainda não é uma ação comum em Francisco Beltrão, visto que existem apenas três bens tombados. Um deles é a Igreja de São Francisco de Assis, localizada na Secção Jacaré, construída em 1962 e tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal em 1995.

A casa que abrigou a primeira escola do município, a partir de maio de 1948, foi construída por uma família de origem italiana e também é um patrimônio tombado. A casa que, já foi reformada e pertence ao 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, é utilizada como residência.

O outro imóvel tombado é conhecido como “Casa de Costaneiras”, cujas formas arquitetônicas foram definidas por um carpinteiro de origem polonesa. Construída em 1953, em razão da vinda para Francisco Beltrão de Glauco Olinger, que assumiu a direção da CANGO no lugar de Eduardo Virmond Suplicy, foi sede do INCRA de Francisco Beltrão entre 1982 e 1996. Em 2001, foi realizada a proposta para o comando do Exército de Francisco Beltrão – onde a casa se encontrava – para transformá-la em museu. Em razão da área do exército ser restrita e dificultar a visitação, a idéia foi abandonada, mesmo porque a casa estava bastante deteriorada. Porém, autorizada a sua retirada da área militar, foi transportada até o Parque de

Exposições Jayme Canet Júnior, onde foi restaurada e aberta como museu em março de 2004.

Além desses imóveis, existem outros em Francisco Beltrão que deveriam ser restaurados e preservados, tanto por suas características arquitetônicas como pela representação da memória e da identidade dos grupos sociais colonizadores. Fazem parte do patrimônio territorial.

Todavia, entrevistando os proprietários de algumas casas antigas localizadas no centro de Francisco Beltrão encontramos muitas divergências quanto ao interesse por parte da família em preservar ou não a residência.

Uma das casas pesquisadas foi construída pela família Tramontina em 1962 e atualmente é dos herdeiros, que pretendem preservar a casa e estudam a possibilidade de fazer no local uma fundação. Outro exemplo de conservação é a casa construída em 1952, antiga residência de Manoela e Valter Pecóits, um dos líderes da Revolta dos Posseiros. A casa foi transformada na escola de ballet Mirna Pecóits e, apesar de passar por algumas modificações estruturais e arquitetônicas, preserva várias características originais.

Por outro lado, a casa de propriedade da família Hilleshein, construída em 1960, deve ser substituída, em breve, por um edifício comercial e residencial, segundo intenções dos herdeiros que entrevistamos. Assim, os remanescentes arquitetônicos sobressaem-se, hoje, como elementos de grandes potencialidades de usufruto quando integrados a uma prática de educação patrimonial.

Por fim, vale destacar que Francisco Beltrão também possui patrimônios naturais que devem ser conservados. As cachoeiras, os rios e as matas com trilhas são características que os proprietários de recantos do município utilizam para atrair visitantes até suas propriedades, mas devem ser utilizados considerando-se a necessidade de preservação. Os recantos do Dário, Renascer e Vale Verde são alguns exemplos de iniciativas que utilizam as belezas naturais para atrair visitantes, estão desenvolvendo um trabalho em conjunto com a Emater e o Grupo de Turismo Rural Caminhos do Marrecas, de Francisco Beltrão, a fim de saber lidar melhor com questões da preservação ambiental.

A multiplicidade do patrimônio de Francisco Beltrão não pode ser considerada isoladamente, ora cultural, ora natural ou econômica, mas sim híbrida,

multidimensional. Como exemplo, podemos citar o Recanto Vale Verde, localizado no espaço rural do município, que oferece contato com o Rio 14 e com a mata, mas também oferece passeios a cavalo, hospedagem em uma casa antiga, com móveis e decoração originais e onde está sendo organizado um museu para, através de peças antigas, contar a história e manter a memória e as características identitárias da família, que descende de imigrantes poloneses.

A abordagem territorial aqui descrita permite entender que Francisco Beltrão, como território, constituiu-se com base em processos políticos, econômicos e culturais historicamente determinados, formando um patrimônio dos sujeitos locais e da sociedade em geral a ser preservado e valorizado. Ao mesmo tempo, no território, está contida uma quarta dimensão a ser considerada: a natureza. Dessa forma, o território é multidimensional como processo histórico e geográfico e como espaço político onde ocorrem processos de desenvolvimento.

Considerações Finais

A produção do espaço em Francisco Beltrão, tanto urbano como rural, gerou um patrimônio territorial (material e imaterial), resultado dos múltiplos processos envolvidos na sua formação, ligados, por exemplo, aos movimentos sociais, à estrutura fundiária, às pequenas cidades, à expansão do urbano, ao trabalho familiar e aos traços étnicos e identitários dos grupos sociais migrantes e colonizadores como processualidades com mudanças e permanências (continuidades) econômicas, políticas e culturais.

O território precisa ser considerado como fundamental em qualquer planejamento, visto que é nele que as relações de poder, identitárias e econômicas acontecem. Ele é condição do desenvolvimento, baseado nas manifestações sociais e naturais, diferentes de território para território.

O desenvolvimento precisa ser compreendido como totalidade, que deve envolver todas as dimensões sociais (econômica, política e cultural) e naturais, como processo que “deve ser procurado em caminhos” alternativos, que não agridam o ambiente e que valorizem os atributos locais.

Portanto, para propor políticas de desenvolvimento em que seja estimulada a descentralização do poder do Estado para proporcionar a autonomia dos atores locais, é

necessário conhecer as especificidades, os componentes e territorialidades, enfim, o patrimônio de cada território para preservação e valorização em projetos de desenvolvimento local. Assim, a base territorial precisa ser construída através da participação coletiva, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; as identidades, as desigualdades e a possibilidade de conquista de autonomia.

Outrossim, é necessário analisar as interações entre os diferentes indivíduos de cada território; as condições ambientais nas quais os sujeitos vivem e agem historicamente; as relações (i)materiais realizadas nas redes locais e extralocais. Isto porque o território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com indivíduos de outros lugares, substantivando tramas em diferentes níveis territoriais. É fundamental, portanto, uma caracterização e valorização multidimensional e territorial de Francisco Beltrão, evidenciando os sujeitos, os elementos e processos naturais e sociais compreendidos como patrimônio local e da humanidade.

Referências

ALVES, Adilson F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável:** interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). 2008. 234 f. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas)-UFSC, Florianópolis, 2008.

ARAUJO, Frederico Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BARRETO, Margarita. **Cultura e turismo:** discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P.(Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.33-46.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói/RJ: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão – PR: Unioeste, 2004, p. 87-119.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.16-28, 1989.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MARTINS, Clerton. **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993 (1980).

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Roseli A. dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese. (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003 (2001).

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Conceição B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

VALVERDE, Rodriho H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Revista GEOUSP** - Espaço e Tempo. São Paulo, n.15, 2004, p.119-126.

Artigo recebido em março/2009 e aceito para publicação em abril/2009.